TL 5253-4

O presente e o futuro de Timor-Leste

Xanana Gusmão

Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense

O povo de Timor-Leste acaba de sair de uma longa e difícil luta pela sua libertação, onde a indiferença internacional foi o aspecto mais relevante. Em 30 de Agosto do ano passado, como o marco final de uma denodada determinação de vencer, este pequeno e indefeso povo, numa magnífica demonstração de consciência democrática, foi às urnas, desafiando um prolongado clima de intimidação e violência, que tinha em vista quebrar-lhe a «audácia» de desejar a independência.

Temos aqui reflectidos dois aspectos da luta: independência e democracia ou libertação e liberdade. O povo de Timor-Leste não desejava apenas a independência, não lutava apenas para ter uma bandeira, um hino, um presidente e um governo próprio. O povo timorense alimentava outros sonhos que sabia só poderem ser realizados com a conquista da independência.

Só a independência o tornaria sujeito activo do processo do seu próprio desenvolvimento, tanto no plano colectivo como no das liberdades individuais e dos direitos de cidadania.

O povo timorense destruiu a noção que se tentava criar à volta da sua luta – que estava satisfeito com o «desenvolvimento físico» que a anexação militar indonésia lhe impusera, num objectivo muito claro que era o da «conquista dos corações». Depois da dramática situação que se seguiu ao referendo, o sentimento prevalecente era o de tristeza por tanta violência e destruição sistemáticas, orquestradas pelos militares indonésios que não puderam aceitar que um povo tão pequeno e indefeso os pudesse derrotar, de uma maneira tão humilhante. E, ironicamente, neste mundo tão repleto de ironias, às vezes descabidas, Zacky Anwar, um dos generais do Kopassus que fizeram carreira na guerra de genocídio contra o povo de Timor-Leste, exclamava irritado, durante os contactos tidos com ele em Salemba/Jacarta: «Estamos perante uma conspiração internacional contra a Indonésia e nós, os

Veteranos da Guerra de Timor-Leste, nunca aceitaremos uma solução que nos faça renunciar à soberania sobre o território».

Foi neste pensamento que a violência e a destruição foram planeadas para punir o povo timorense. Os militares indonésios tudo fizeram para dissuadir os timorenses da ideia da independência, mas já que estes não cederam, então que começassem tudo de novo, que partissem do zero.

Imediatamente após os passageiros momentos de dor, não só para lembrar todos os filhos tombados como ainda para meditar bem profundamente na irracionalidade dos generais indonésios que o privaram de tudo quanto conseguira adquirir durante a repressão dos vinte e quatro anos de resistência, este povo reuniu de novo forças, como só ele sabe fazer, para celebrar a difícil vitória, uma vitória que indicou bem o «pesado preço da nossa liberdade».

E é este preço que nos obriga a um compromisso para não trairmos o nosso povo, no sentido de que a sua participação política não termine em 30 de Agosto de 1999, e que esta participação venha a ser activa e lhe proporcione a capacidade de contribuir para a edificação de um país verdadeiramente livre e democrático.

Hoje assistimos a um repúdio quase universal da violência e destruição que tiveram lugar em Timor-Leste, numa era em que a televisão e a Internet têm um papel ímpar na formação da opinião pública internacional. E devido a isso fomos compensados com uma ajuda, extraordinária a todos os títulos, num montante de 322 milhões de dólares para três anos de reconstrução e desenvolvimento, sem contar com uma importante soma já gasta em assistência humanitária, desde a entrada de organizações internacionais em fins de Setembro, logo a seguir à intervenção da INTERFET.

Assistimos assim a uma onda de simpatia pela reconstrução de Timor-Leste. Para comprová-lo poderíamos citar a visita ao território de diversas altas personalidades, tais como o primeiro-ministro australiano, John Howard, o embaixador americano nas Nações Unidas, Richard Holbrooke, o vice-ministro de Relações Externas do Japão, Azoma, o Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, o Presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, o presidente do Banco Mundial, parlamentares e embaixadores de muitos países (incluindo uma delegação de parlamentares da UE), e o primeiro-ministro de Portugal, António Guterres; prevê-se que muitas outras continuarão a vir, todas no intuito de não deixar morrer o interesse por Timor-Leste. E, sobretudo, o facto de muitos países terem já manifestado o desejo de abrir missões diplo-

máticas no território é um indício muito satisfatório.

Contudo, seis meses após o estabelecimento da UNTAET, é preocupante que a Missão se debata com problemas financeiros para dar início à Administração Transitória, onde os timorenses estariam envolvidos a fim de se prepararem para gerir o futuro Estado independente.

Todas as atenções estão, todavia, e com razão, viradas para a necessidade urgente de se iniciar a reconstrução das infra-estruturas básicas e todo o processo de transição para a independência. O período de dois anos, mandatado à UNTAET pelo Conselho de Segurança, acaba assim por revelar-se insuficiente, já que a questão de fundo se coloca na capacidade de a mesma poder desenvolver sem demoras nem tropeços as suas responsabilidades, na preparação metódica e eficiente dos timorenses.

Todos estamos conscientes de que Timor-Leste não é o único alvo das atenções da comunidade internacional, e que desastres, naturais ou humanos, em outros lugares do mundo, poderão vir a substituir o nosso país por casos de maior urgência. Seja como for, a reconstrução física de Timor-Leste será um processo tão longo quanto a própria noção da independência. O desenvolvimento de Timor-Leste não é, portanto, da responsabilidade exclusiva da UNTAET, pois isso implicaria ter tudo construído ou reconstruído antes da proclamação da independência.

E, mais uma vez, estamos conscientes de que a simpatia da comunidade internacional ou, com mais precisão, dos países doadores, chegará em breve ao seu fim, pela já largamente conhecida «fadiga dos doadores». Assim, não nos iludimos com os ventos actualmente favoráveis do grande apoio internacional, traduzidos em doações sem nenhum compromisso de pagamento, porque o futuro dependerá da nossa capacidade (ou não) de evitar contrair pesadas dívidas no exterior. São numerosos os desafios que enfrentamos hoje, desde logo a necessidade premente de cortar, o mais rapidamente possível, com a dependência alimentar do exterior – e isso está sendo tentado através de ajudas bilaterais (ao CNRT), na compra de tractores e motocultivadoras para intensificar projectos de produção agrícola durante todo o ano 2000, tendo por meta alcançar a auto-suficiência em Março de 2001.

Para ilustrar a necessidade dos governos e da comunidade internacional confiarem no CNRT – pois daqui a dois ou três anos os timorenses serão independentes e será com eles que tudo será acordado – passo a descrever o que é que o CNRT já recebeu como ajuda bilateral. Do Governo cessante de Macau, 1 milhão de dólares que serviu para a compra de 5 tractores

grandes, 20 tractores médios e 200 motocultivadoras e ainda uma verba para os serviços de reparação, combustível e salário dos agrónomos, tractoristas e extensionistas em seis brigadas móveis de produção. Do Governo da Noruega, 500 mil dólares, e da Suécia, 100 mil, também para o mesmo fim. Do Governo da República Popular da China recebemos 3 milhões de dólares para a agricultura e outros 3 para a pesca, os quais serão destinados a desenvolver a nossa capacidade de auto-suficiência alimentar, ao mesmo tempo que nos debruçamos a planificar, com mais rigor, um plano nacional de diversificação da produção agrícola, a ter início no ano 2001. Mas as necessidades de reconstrução ou construção da nova nação não acabam aqui.

A saúde é um campo largo de actividades por desenvolver, desde a reabilitação dos hospitais e clínicas por todo o território e seu equipamento, à gestão de todo um sistema de saúde, formação profissional dos agentes de saúde e pesquisas na produção de medicamentos a partir das plantas medicinais locais. A malária, a tuberculose, a lepra, o bócio e a diarreia estão, com a mortalidade infantil, na lista das nossas preocupações. Campanhas educativas de sanidade preventiva, de higiene e de saneamento urbano e rural serão também uma das grandes tarefas a médio e longo prazo.

A educação, como pilar do desenvolvimento da sociedade timorense, será igualmente objecto de uma vasta área de planificações, desde a remodelação do ensino, a todos os níveis, com a definição de novos currículos, a uma programação de cursos intensivos de formação profissional orientada, de estágios e de treino diversificados para atender às necessidades de mão-de-obra qualificada do novo país.

Só elevando o nível educacional da sua população é que Timor-Leste poderá caminhar para um futuro mais promissor, na correspondência entre o grau de conhecimento dos recursos humanos e as forças produtivas a serem introduzidas, como garantia da sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento onde os timorenses sejam os protagonistas das decisões.

A educação também servirá de reforço à identidade histórica e cultural do povo timorense, uma identidade que lhe permitiu defender a sua especificidade face às treze mil ilhas do grande arquipélago indonésio. Teria sido inimaginável que uma meia ilha de 19 mil Km^2, com um pequeno enclave na outra metade da ilha, pudesse reivindicar o seu direito à autodeterminação e independência nacional se não possuísse uma cultura e uma história próprias. Foi isso que determinou os destinos separados entre os mais de 220 milhões de indonésios e os menos de 800 mil timorenses.

Hoje é com pesar que assistimos a pressões para optarmos pela língua inglesa, que nada tem a ver com a nossa história e cultura, e que pura e simplesmente alienará a identidade de Timor-Leste, adquirida ao longo de séculos sob o domínio português.

A pátria maubere está libertada. O que é que lhe permitiu reivindicar – e alcançar – o estatuto de independência? Foi a sua identidade, uma identidade assente em três componentes fundamentais: a histórica, a cultural e a religiosa. A língua portuguesa e a religião católica são os pilares dessa identidade. Este é o património que constitui a soberania timorense. Uma soberania que será preservada com a mesma dedicação e sacrifício com que foi alcançada a independência.

É nesta base que consideramos ser crucial reafirmarmos a nossa personalidade, numa região tão heterogénea em termos de culturas, etnias e trajectos históricos.

Estamos, ainda assim, conscientes da nossa pequenez e fragilidade e sabemos que, nesta era de globalização, a independência significa ser-se o menos dependente possível – política, económica e culturalmente – de outros.

Sabemos também que a independência, pela qual foram sacrificadas mais de 250 mil vidas, traz consigo um futuro de grandes desafios e de grandes responsabilidades.

Economicamente, fomos sempre tidos como um território sem nenhuma «viabilidade de sobrevivência» e que deveríamos estar gratos à Indonésia por esta nos acomodar no seio da sua grande fortuna, ela que até estava exigindo de vários países enormes ajudas para Timor-Leste, nos domínios da educação, da saúde e das infra-estruturas. Hoje, para muitos, ainda somos um território sem recursos, mas, para alguns, a percepção é que, afinal, não seremos apenas recipientes de dívidas incobráveis.

A economia de mercado será um imperativo nas nossas relações com o mundo e sobretudo com os países da área, sabendo de antemão que estamos perante economias altamente organizadas e algumas sofisticadas, o que realça ainda mais a debilidade inicial com que nos inserimos na região. O bom aproveitamento dos recursos naturais, tendo sempre em conta a sobrevivência das futuras gerações, equivale, por outro lado, à defesa intransigente do meio ambiente. Uma exploração desenfreada dos recursos, dirigida para ambiciosos projectos, desfasados da realidade ambiental e das necessidades reais da população, será não só contraproducente como alienatória em termos de sustentabilidade económica, que se pretende que seja a directriz de um desenvolvimento social harmonioso.

O desenvolvimento social harmonioso é, na nossa modesta opinião, a adequada equação das necessidades primordiais da população, como ponto de partida para a adopção de medidas que venham a dar uma resposta gradativa e eficiente na melhoria das condições de vida de todos os timorenses.

Considerando que mais de 45 por cento da população de Timor-Leste tem menos de 18 anos de idade, a política educacional a que nos comprometemos permite, desde já, uma perspectiva, nos próximos dez a quinze anos, de mudança drástica dos actuais meios, ainda primitivos, de produção para outras formas mais actualizadas, que proporcionarão uma completa satisfação das necessidades básicas da população.

Porém, não podemos ignorar que a maioria esmagadora da população de Timor-Leste é camponesa, sendo que mais de metade pratica uma agricultura de subsistência.

Só uma pequena minoria se dedica a «profissões liberais», como operários de construção civil, mecânicos, electricistas, condutores, estivadores, etc. O comércio retalhista ou ambulante exerce hoje um certo poder de atracção, aparecendo quase como a única saída para a falta de emprego.

Não existe, por outro lado, uma classe empresarial autóctone capaz de oferecer perspectivas de absorção de mão-de-obra. O que existe é um grupo de empreiteiros e grossistas, que ainda não possuem a capacidade profissional e gestora que normalmente se exige a um empresário.

A mentalidade que ao longo dos anos os timorenses adquiriram foi a de que o funcionalismo público é que conferia o verdadeiro «estatuto social» às pessoas. Para além disso, e devido a todos os vícios de corrupção, colusão e nepotismo existentes na sociedade indonésia, os timorenses estavam também imbuídos da percepção de que o funcionalismo público é que proporciona os benefícios aos privilegiados da sociedade.

Por isso, e por interesses do Golkar, os timorenses envolvidos numa administração pública ineficiente totalizaram cerca de trinta mil. Na adopção de uma política para o funcionalismo público que se pensa ser a mais correcta, está apenas previsto o recrutamento de sete mil elementos para o primeiro ano, até se chegar aos doze mil e quinhentos no terceiro ano. Aproximadamente vinte mil ficarão sem emprego, aos quais se devem juntar cerca de dois mil timorenses formados em diversas áreas e um número significativo de quadros da resistência que sacrificaram as suas carreiras ou os seus estudos.

Se emprego é «toda a actividade remunerada», então o emprego existente em Timor-Leste consiste apenas na prestação

de serviços por condutores, intérpretes, empregados de segurança e de limpeza. É o que a UNTAET e as ONGs asseguram como actividade laboral assalariada.

Pensa-se que a reconstrução das infra-estruturas exigirá milhares de assalariados. Todavia, isso contemplará predominantemente os operários de construção civil, pedreiros, carpinteiros, maquinistas, electricistas, etc. E a própria reconstrução não absorverá aqueles mais de vinte mil timorenses, que poderiam ser chamados de «classe média timorense», e que estariam destinados a constituir o embrião da elite económica e política do país nos próximos dez anos.

O problema do desemprego preocupa-nos grandemente. Só será possível um processo menos difícil de reconciliação se se garantir trabalho a esta faixa da sociedade timorense, já que os que querem voltar a Timor-Leste foram particularmente beneficiados no estrangeiro, e quando regressarem e refizerem as suas vidas poderão encontrar motivos de grande insatisfação.

É por isso mesmo que se torna vital pensar-se em investimentos estrangeiros em Timor-Leste, que abrirão a possibilidade de absorver aquela faixa da sociedade timorense, tornando-a útil e participativa no desenvolvimento económico da pátria. Será, pois, o sector privado o impulsionador deste desenvolvimento, desfazendo-se assim a mentalidade de uma pesada burocracia que decide sobre tudo, enquanto ela mesma se torna num fardo para a sociedade.

Um cuidadoso estudo e planificação permitirá uma necessária selectividade dos empreendimentos estrangeiros, baseados na transferência de tecnologias que assegurarão a continuidade dos projectos pela classe empresarial nacional, que entretanto se terá formado.

Depois desta longa descrição dos desafios que teremos pela frente, devo dizer que ainda falta o desafio maior, o qual reside no campo político.

Todos saímos de um longo período de activismo político, onde o objectivo maior era manter viva a chama da resistência, internamente e no exterior. Vamos, a partir de agora, preparar-nos para a institucionalização de um sistema democrático, em que os valores humanistas universais serão os pilares da nova nação independente.

Todos percebemos a democracia em virtude da repressão sofrida ao longo dos anos, todos pudemos gritar sobre direitos humanos em virtude da violação a que fomos sujeitos, todos pudemos ansiar pela justiça em virtude do grau da injustiça praticada, e todos pudemos ouvir falar de multipartidarismo e da importância da sociedade civil.

Contudo, até à data ainda não experimentámos outro sistema que não fosse o do colonialismo opressivo. Assim, é importante para nós a educação política – em primeiro lugar no seio das direcções dos próprios partidos políticos, que têm de organizar-se como tais; em segundo lugar, a educação da sociedade civil; e, por último, e não menos importante, a educação do próprio povo.

Talvez faça sentido pensar que foi melhor termos começado o nosso processo político, nos anos de 1974-1975, «experimentando» a amargura de um conflito armado que dividiu os timorenses. Experiência que, se por um lado não evitou desembocarmos em novas ondas de violência, quando foi o momento de decidirmos sobre o destino a dar à pátria, por outro, garantiu que a lição de 1975 servirá de aviso em relação a eventuais tomadas de posição antidemocráticas.

Para isso, a sociedade civil timorense terá que ser incentivada e fortificada, no sentido de poder contribuir em pleno para a governação do país, evitando-se assim que desmandos dos governantes ou de partidos no poder retirem a substância verdadeira da independência, pela qual muitas vidas foram sacrificadas.

Apercebemo-nos de que o mundo se questiona sobre o processo político em Timor-Leste. É compromisso de todas as componentes da sociedade timorense a criação de um sistema parlamentar multipartidário. Embora nunca tenhamos tido uma experiência nesse campo, todas as forças políticas e sociais de Timor-Leste estão empenhadas na defesa de um Estado de direito, da democracia e da justiça social.

A educação política é extremamente necessária para que cada cidadão timorense possa perceber, com correcção, o papel dos partidos políticos, dos mecanismos do processo eleitoral, em suma, que possa assimilar os conceitos de democracia e de jogo multipartidário.

A constituição deve ser formulada após uma consulta intensa a todos os componentes da sociedade timorense, para assim reflectir, na sua plenitude, as aspirações de todos os timorenses.

A estabilidade dentro do território é condição fundamental para que se conduza uma educação política a todas as faixas da sociedade, a fim de se garantir que a magnífica participação democrática em Agosto de 1999 não termine aí.

Estão previstos, para Junho e Julho deste ano, seminários e conferências sobre Democracia, Instituições Democráticas, Constituição, Partidos Políticos e Sistema Multipartidário. Tudo isto servirá de preparação para o Congresso do CNRT, a ter lugar entre 20 e 30 de Agosto próximo.

Nós sabemos que existe uma grande expectativa da Comunidade Internacional relativamente ao Congresso, exigindo de nós a maturidade política capaz de defender os valores universais da democracia, dos direitos humanos e da justiça social.

Contudo, muitos governos olham para o processo de transição pelo ângulo da presença (que até é temporária) da UNTAET, e não parecem dispostos a encarar um apoio ao CNRT nestas actividades cruciais para o futuro político de Timor-Leste. Consideram o CNRT uma «organização política», esquecendo simplesmente dois factos:
a) O CNRT é uma plataforma de forças políticas e sociais de Timor-Leste, agrupadas em torno do objectivo da independência;
b) Em todo o mundo não houve ainda um só caso de referendo para movimentos de libertação, e o que aconteceu em Timor-Leste, mau grado o clima de intimidações e violência, foi que o povo exerceu o seu direito à autodeterminação e independência e votou maciçamente no CNRT.

Por causa da contradição entre as grandes expectativas sobre o Congresso e a ausência de apoios, os timorenses apenas confiam em Portugal, que até hoje nunca vacilou no auxílio ao CNRT e manifesta uma enorme preocupação em relação ao sucesso do Congresso e a todas as suas actividades preliminares.

Para que o CNRT se reorganize funcionalmente, e esteja assim em condições de ser um parceiro seguro e eficiente da UNTAET, só aquele país amigo não teve dúvidas em disponibilizar uma considerável verba de apoio ao CNRT.

Só com uma sociedade civil forte e democrática o povo de Timor Loro Sae poderá garantir que a independência virá a proporcionar uma melhoria efectiva nas suas condições de vida, e lhe garantirá que os sacrifícios consentidos durante os difíceis anos de luta não foram em vão.

O presente de Timor-Leste exige dos timorenses serenidade mas também firmeza na sua afirmação como Povo e como Nação. Os desafios são grandes mas a nossa vontade de vencer não é pequena. Um povo que não recuou perante armas, não irá certamente sucumbir diante desta nova complexidade de relações. A nossa aprendizagem já começou.

O futuro vai ser construído, pedra a pedra, a partir destas dificuldades. Na era da globalização, temos consciência de que a independência significa ser-se o menos dependente possível. E vemo-nos a nós próprios como parte integrante de uma grande região, com instituições consolidadas e economias mais desenvolvidas.

Timor-Leste é um pequeno país que, pelo simples facto de participar na comunidade das nações, irá sofrer o efeito das

novas relações económicas e políticas que contrair com outros. É este o maior desafio que nos espera.

Depois de prolongadas guerras independentistas travadas ao longo de séculos, e depois da guerra desumana dos últimos vinte e quatro anos, o povo maubere não deseja, nem por um minuto, viver novas situações de morte e destruição.

O povo de Timor-Leste vai lutar pela paz entre as nações e pela amizade e cooperação entre os povos.

A par de um desenvolvimento harmonioso, que garanta o bem-estar e a justiça social, o Estado de direito será a garantia dos direitos do indivíduo e de grupos, e uma sociedade civil forte e democrática proporcionará condições para uma participação social na gestão dos destinos do país.

Os princípios da transparência e da responsabilização guiarão o Estado, enquanto que o mercado livre e a iniciativa privada serão a base do desenvolvimento económico nacional. Como país pequeno que somos, a defesa do meio ambiente será vista como uma questão de sobrevivência, colocando-se o homem como o sujeito activo, e não como objecto passivo, do desenvolvimento.

Qualquer cooperação entre povos e países só poderá provir do permanente contacto e diálogo – para reforçar a mútua compreensão, diminuir as diferenças e aproximar pontos de vista. E não obstante a sua pequenez, Timor-Leste e o seu povo mais não desejam do que contribuir para a edificação de um mundo mais justo, onde reine a paz e a fraternidade entre os povos.